



Segurança Alimentar e Nutricional em comunidades quilombolas no Brasil: um balanço da literatura indexada

Luís Felipe de Castro Afonso¹, Nádia Alinne Fernandes Corrêa² e Hilton Pereira da Silva³

O artigo consiste em uma análise da literatura indexada brasileira sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em comunidades quilombolas realizada nas bases de dados *Scielo*, *Lilacs*, *Medline*, *PubMed* e Portal Capes, a partir das diretrizes metodológicas PRISMA, utilizando os descritores: “segurança alimentar e nutricional” and “quilombola(s)”; “SAN” and “quilombola(s)”, em português e inglês, constantes no título, resumo e palavras-chave. Foram selecionados 12 artigos científicos completos, publicados em periódicos de livre acesso desde 2008. Dos artigos selecionados, 33,33% abordaram a prevalência da insegurança alimentar e nutricional, 25% o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 16,67% os benefícios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 16,67% o conhecimento de práticas alimentares e 8,33% modelos de causalidade da insegurança alimentar. Os artigos envolveram 60 comunidades, considerando cinco regiões do país. As pesquisas reforçam a precariedade das condições de vida e a insegurança alimentar que os quilombolas têm vivenciado. A análise dos projetos e publicações realizados nesta área é fundamental para que se possa construir políticas públicas de forma a ampliar o reconhecimento, valorização e visibilidade para essas comunidades.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, saúde de afrodescendentes, alimentação em comunidades quilombolas.

Food and Nutrition Security in quilombola communities of Brazil: a balance of the indexed literature

The article consists of an analysis of the Brazilian indexed literature on Food and Nutrition Security (FNS) in quilombola communities in the databases Scielo, Lilacs, Medline, PubMed, and Portal Capes, based on the PRISMA methodological guidelines, using the descriptors: “food and nutritional security” and “quilombola (s)”; “SAN” and “quilombola(s)”, in Portuguese and English, included in the title, abstract and keywords. Twelve scientific articles published in open access journals since 2008 were selected. Of the articles selected, 33,33% addressed the prevalence of Food and Nutrition Insecurity (FNI), 25% access to the Food Acquisition Program (PAA), 16,67% the benefits of the National School Feeding Program (PNAE), 16,67% knowledge of food

¹ Graduado no Curso Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil. *E-mail:* luísfred7@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil. *E-mail:* nadiaalinnef@gmail.com

³ Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Docente do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia na Universidade Federal do Pará. Endereço para correspondência: Universidade Federal do Pará – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto. CEP: 66075-110, Belém, Pará, Brasil. Tel.: (091) 3201-8327. *E-mail:* hdaasilva@ufpa.br

practices, and 8,33% causality models of FNI. The articles involved 60 communities of the five regions of the country. The findings reinforce the precarious conditions of life and FNI which the quilombolas have been experiencing. Continuing to identify the projects and publications carried out in this area is fundamental for the development of public policies, in order to improve the recognition, valorization and visibility to these communities.

Keywords: Food and Nutrition Security, health of the black population, scientific and technological production.

INTRODUÇÃO

Comunidades quilombolas são núcleos populacionais com características específicas, identificadas por critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria ancorada em determinado território, com presunção de ancestralidade africana e relacionadas com a resistência à opressão sofrida em razão da escravidão brasileira, conforme definido pelo art. 68, do Ato das Disposições Transitórias (ADCT) da Constituição Federal^[1]. Em todo o país, cerca de 2.982 comunidades quilombolas já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares, sendo 63,08% (1.881) no Nordeste; 14,49% (432) no Sudeste; 11,90% (355) no Norte; 5,77% (172) no Sul; e 4,76% (142) no Centro-Oeste^[2]. O esforço de certificar comunidades quilombolas auto identificadas é um constante desafio, pois a maior parte destas coletividades não conta com este reconhecimento.

A produção de conhecimento sobre a (in)segurança alimentar e nutricional de grupos quilombolas constitui um desafio tão grande quanto sua identificação e certificação. De modo geral, quando se debate Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a perspectiva dominante é que o crescimento populacional e o aumento da demanda por alimentos são os principais fatores causais a serem enfrentados nas próximas décadas^[3]. No entanto, no caso das comunidades quilombolas, a falta de acesso aos alimentos tradicionais está associada a problemas históricos como ameaças ao domínio e preservação dos seus territórios, precário acesso às políticas públicas, exclusão social, racismo institucional e atentados ao direito à vida e à integridade física, psicológica e social dos comunitários^[4]. Tais aspectos estão relacionados a fatores tanto em níveis macro (socioeconomia regional), quanto em níveis micro (comunidade e famílias), ambos merecendo igualmente atenção^[5].

Para a garantia da SAN frente a complexidade e diversidade das populações quilombolas, é fundamental a promoção de políticas públicas mais adequadas a essas comunidades, cuja formulação deve contar com informações de qualidade sobre as condições de vida e saúde destas populações. Uma das formas de conhecer o escopo e a amplitude das pesquisas sobre SAN com os grupos quilombolas é analisar o estado da arte das publicações científicas sobre o tema.

Nos últimos anos, tem ocorrido uma expansão da discussão sobre comunidades quilombolas e também sobre SAN, que tem sido impulsionada pela homologação da Lei 11.346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)^[6], pela implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)^[7] e por diversas pesquisas que tem caracterizado a situação de fome e a pobreza extrema nessa parcela da população brasileira. No entanto, ainda é limitado o conhecimento disponível sobre as publicações científicas relacionadas ao assunto.

Diante do exposto, a realização desta pesquisa se orientou pelas seguintes questões: qual a quantidade de artigos científicos publicados em revistas indexadas no Brasil tratando da (in)segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas? Quais são as dimensões abordadas nestes estudos?

METODOLOGIA

A identificação de estudos publicados sobre a SAN em populações quilombolas do Brasil ocorreu entre agosto a dezembro de 2017. As buscas foram realizadas em inglês e português. Foram utilizadas as bases de dados bibliográficos: Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE), *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, Literatura Latino-Americana e

do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *National Center for Biotechnology Information (PubMed)* e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Periódicos Capes). A pesquisa não restringiu data e tamanho da amostra. O estudo foi norteado pelas orientações do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta Analyses (PRISMA)*^[8-10].

Critérios de elegibilidade

Ao considerar a SAN como um amplo campo de debate, devido a seus múltiplos determinantes socioeconômicos globais, regionais, locais e domiciliares, os termos de busca delimitaram os estudos que caracterizassem essa situação apenas nas comunidades quilombolas, independente dessas serem

formalmente certificadas ou tituladas ou não. Os termos utilizados para a busca foram: “segurança alimentar e nutricional”; “quilombola(s)”; “SAN”, em português, e *food and nutrition security* “quilombola(s)”, em inglês, com a indicação do termo “and” para ligar os campos. Os artigos de interesse para a investigação poderiam envolver questões sobre as diversas dimensões de SAN como: formas de acesso aos alimentos, práticas alimentares, sistema de produção alimentar, fatores associados à saúde e nutrição. Trata-se do amplo espectro de temas associados ao direito humano à alimentação adequada e saudável, pilar da SAN^[11]. A Tabela 1 apresenta os critérios para a escolha dos artigos analisados.

Tabela 1. Critérios de escolha de publicações científicas sobre segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas no Brasil

Critérios	
Inclusão	Exclusão
Artigos completos em periódicos de livre acesso, em bases indexadas.	Estudos que investigassem a segurança alimentar e nutricional em outros públicos que não as populações quilombolas.
Artigos revisados por pares.	Artigos em duplicata.
Abordagem da SAN em comunidades quilombolas no Brasil.	Publicações referentes a resumos, dissertações, teses e monografias.
Artigos envolvendo: acesso aos alimentos, práticas alimentares, práticas de produção de alimentos, saúde e nutrição, e direito humano à alimentação adequada e saudável.	Artigos que não apresentassem os termos de busca no título, resumo ou palavras-chave ou que não fossem de acesso livre (open access).

Fonte: Formulação dos autores.

RESULTADOS

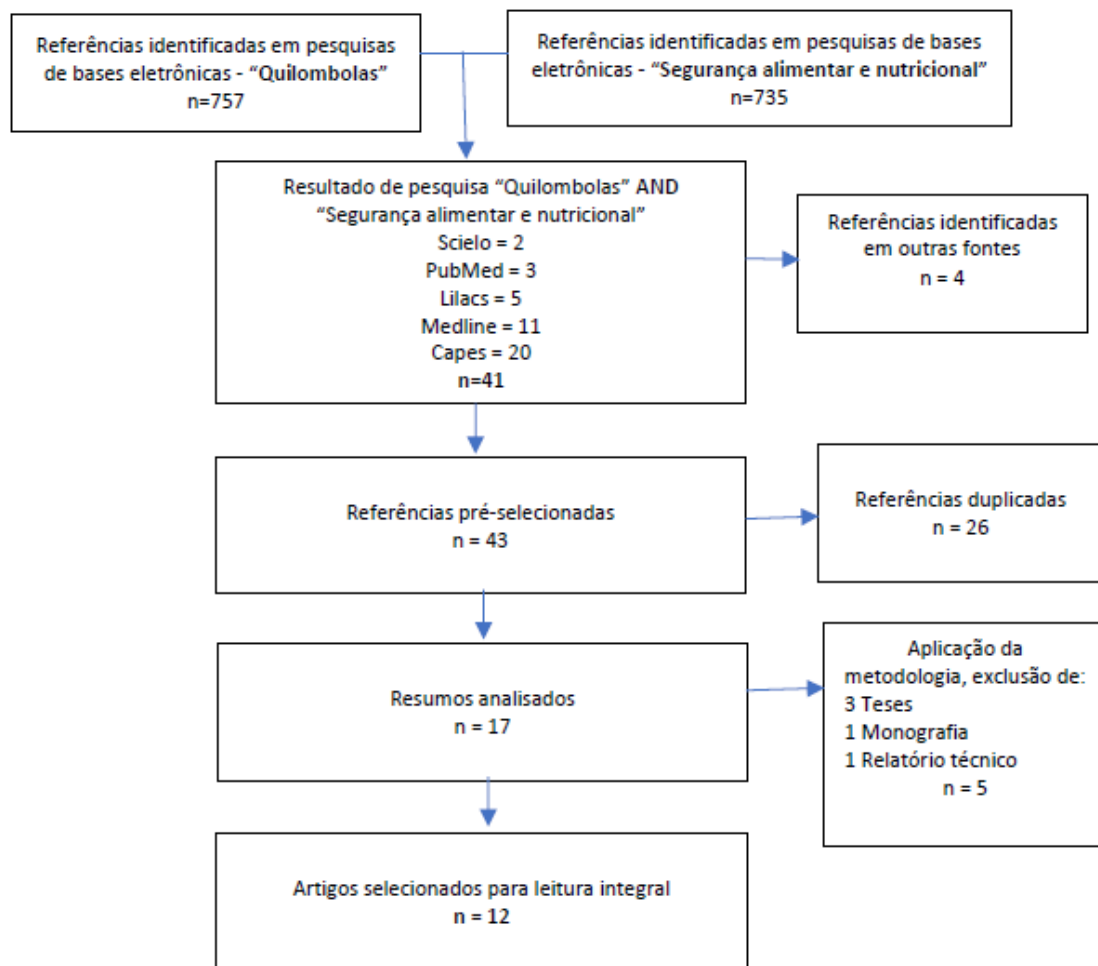
Após a realização das buscas nas bases de dados bibliográficos, foram identificados os estudos conduzidos com comunidades quilombolas (757 referências) e os estudos sobre a SAN conduzidos com populações diversas (735 referências). Ao realizar o cruzamento dos temas relacionados a SAN em populações quilombolas, aplicando os termos de busca

propostos nos títulos, resumos ou palavras-chave, foram selecionadas 41 publicações (*SCIELO*=2; *PUBMED*=3; *LILACS*=5; *MEDLINE*=11; *CAPE*S=20). Com a identificação de publicações em outras fontes, como a *Web of Science* e a Biblioteca Virtual em Saúde/BVS (Bireme), foram encontrados mais quatro artigos completos que abordavam a SAN em comunidades quilombolas. Deste conjunto, dois foram selecionados, totalizando 43 referências potencialmente elegíveis para inclusão neste estudo.

Como passo seguinte do processo de seleção, foram descartados 26 artigos que se encontravam duplicados nas bases eletrônicas. Na terceira fase, as 17 referências restantes foram analisadas e, seguindo os critérios propostos pelo PRISMA, foram descartadas três teses, uma monografia e um relatório técnico que, apesar de tratarem da temática em questão, não atendiam os

critérios de elegibilidade deste estudo (Tabela 1). Assim, restaram 12 (doze) artigos completos, publicados entre 2008 e 2017, para leitura integral e análise (Figura 1).

Figura 1. Fluxograma da seleção das publicações brasileiras sobre segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas segundo a metodologia PRISMA



Em relação ao tipo de desenho metodológico dos artigos, em oito estudos predominam pesquisas com abordagem qualitativa, utilizando técnicas como

observação participante e entrevistas semiestruturadas. Os quatro outros textos se fundam em estudos transversais, com a aplicação da Escala Brasileira de

Insegurança Alimentar (EBIA). Mediante a caracterização das principais temáticas abordadas, pôde-se destacar a prevalência da Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) como tema mais referido (33,33%), seguido do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (25%), dos benefícios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (16,67%), do conhecimento das práticas alimentares (16,67%) e de propostas de Modelo de Causalidade da IAN (8,33%).

A Tabela 2 apresenta uma caracterização dos estudos no tocante a: ano de publicação e autoria, composição da amostra, localização das comunidades envolvidas, palavras-chave, abordagem metodológica primária, e uma síntese dos principais resultados e ideias apresentados em relação às comunidades quilombolas estudadas.

Tabela 2. Produções científicas que abordam a segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas no Brasil.

Ano de publicação	Autores	Amostra	Localidade	Palavras-Chave	Abordagem Metodológica	Principais Resultados	
1	2008	Denise Oliveira Silva <i>et al.</i>	n=6 Comunidades quilombolas (473 famílias)	Santarém – Estado do Pará	Antropologia Cultural; Grupo com Ancestrais do Continente Africano; Insegurança Alimentar; Percepção Social; Pesquisa Qualitativa.	Abordagem qualitativa para a elaboração de um modelo de determinação causal da IAN.	A IAN relaciona-se à posse da terra; falta de renda monetária; aumento de doenças; marginalidade; analfabetismo e falta de tecnologia para obter pescado, açaí e mandioca.
2	2010	Estelamaris Tronco Monego <i>et al.</i>	n=14 Comunidades quilombolas (696 famílias)	Estado do Tocantins	Segurança Alimentar; Comunidade Rural; Vulnerabilidade Social; Quilombola.	Estudo de corte transversal com utilização da EBIA***	85,1% de IAN Associada com prática de queimar lixo, abastecimento de água do rio, não possuir geladeira, e ser beneficiário do Bolsa Família.
3	2013	Lucilene de Sousa <i>et al.</i>	n=22 Comunidades quilombolas	Estado de Goiás	Alimentação Escolar; Grupo com Ancestrais do Continente Africano; Políticas Públicas.	Abordagem qualitativa sobre os desafios e as potencialidades da alimentação escolar – PNAE*	Avanço na visibilidade da qualidade de vida e políticas voltadas aos quilombolas. Desafio está na compatibilização do que é proposto e o que é executado pelos programas.
4	2014	Andreia Santos Carvalho; Denise Oliveira Silva	n=14 Moradores do Quilombo Tijuacu.	Senhor Bonfim – Estado da Bahia	Alimentação; Alimentação Escolar; Segurança Alimentar; Agricultura Sustentável; Grupo com Ancestrais do Continente Africano.	Abordagem qualitativa sobre o benefício da alimentação escolar – PNAE	O PNAE é eficiente como suplementação alimentar dos estudantes; a estratégia é capaz de reduzir a insegurança alimentar e nutricional.
5	2014	Mariana de Moraes Cordeiro; Estelamaris Tronco Monego; Karine Anusca Martins	n=226 Estudantes quilombolas	Estado de Goiás	Grupo com Ancestrais do Continente Africano; Segurança Alimentar e Nutricional; Estado Nutricional; Alimentação Escolar.	Estudo descritivo e transversal, com a utilização da EBIA.***	75,2% de IAN Excesso de peso e IAN ocorreram simultaneamente.

(*continua*)

Tabela 2. Produções científicas que abordam a segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas no Brasil (continuação)

Ano de publicação	Autores	Amostra	Localidade	Palavras-Chave	Abordagem Metodológica	Principais Resultados	
6	2015	Cristiane Coradin; Renato Santos de Souza	n=27 Moradores da comunidade remanescente de quilombo Córrego das Moças.	Adrianópolis – Estado do Paraná	Quilombolas; Políticas Públicas; Agricultura Familiar; Diversidades Culturais; Burocracia.	Abordagem qualitativa sobre processos burocráticos e gestão do programa PAA**.	A participação dos quilombolas tem sido dificultada pela inadaptação das atuais condições legais exigidas para acesso ao PAA.
7	2015	Graciele Ribeiro; Franciny M. de Oliveira Moraes; Lucinéia de Pinho	n=24 Famílias da Fazenda Brejo Grande	Indaialbira – Estado de Minas Gerais	Segurança Alimentar e Nutricional; Consumo de Alimentos; Vulnerabilidade Social; Vulnerabilidade em Saúde.	Estudo descritivo e transversal, com utilização da EBIA.***	83,3% de IAN; elevado percentual de pobreza e analfabetismo; beneficiários do Bolsa Família; presença de obesidade e excesso de peso.
8	2015	Aldeniza Cardoso de Lima <i>et al.</i>	n=2 Moradoras da comunidade quilombola Retiro	Vila Bela Santíssima Trindade – Estado do Mato Grosso	Etnobotânica; Conhecimento Local; Alimentação Tradicional.	Abordagem qualitativa com o uso da observação participante sobre conhecimentos etnobotânicos e práticas tradicionais da mandioca.	A mandioca é tida como uma das culturas de SAN mais confiáveis; Redes complexas de conhecimentos constituem oportunidades de conservação ambiental, garantia da soberania e SAN e alternativa de economia local.
9	2016	Kátia Maria Pacheco dos Santos; Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello	Dados secundários n=14 Comunidades (2008) n=136 famílias quilombolas RDS Barra do Turvo (2015)	Barra do Turvo – Estado de São Paulo	Segurança Alimentar; Quilombos; Sociodiversidade.	Abordagem qualitativa sobre hábitos alimentares e práticas de produção alimentar.	Desenvolveram por meios próprios um sistema agrícola ao longo de um calendário local, sendo que isso não exclui o uso dos recursos ofertados pela natureza, sendo esse um instrumento de somatória à SAN.
10	2016	Kátia Maria Pacheco dos Santos; Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello	n=4 Comunidades quilombolas da reserva de desenvolvimento sustentável quilombos (28 famílias)	Barra do Turvo – Estado de São Paulo	Agricultura Familiar; Segurança Alimentar; Desenvolvimento Sustentável; Quilombolas.	Abordagem qualitativa sobre práticas econômicas e sistemas de produção alimentar.	A venda de produtos por meio do PAA tem proporcionado renda; a produção agroalimentar não atende à demanda, no entanto contribui na manutenção da SAN das famílias.
11	2016	Elcio Costa Nascimento; Gutemberg Armando Diniz Guerra	n=25 Famílias Quilombolas Baixo Acaraqui	Abaetetuba – Estado do Pará	Agricultura Familiar; Autossuficiência; Extrativismo; Autoconsumo.	Abordagem qualitativa com o uso da observação participante sobre práticas alimentares e estratégias de SAN desenvolvidas pelas famílias.	Maior especificação da produção; diminuição das espécies cultivadas; redução da autossuficiência das famílias e substituição de produtos naturais por industrializados.
12	2017	Etna Kaliane Pereira da Silva <i>et al.</i>	n=9 Comunidades quilombolas (202 famílias) e n=257 Famílias Não-quilombolas	Vitória da Conquista – Estado da Bahia	Segurança Alimentar e Nutricional; Grupo com Ancestrais do Continente Africano; Origem Étnica e Saúde; População Rural.	Estudo transversal com abordagem domiciliar e utilização da EBIA.***	64,9% de IAN Fatores associados: ser quilombola; ter nível econômico baixo; ser beneficiário do Bolsa Família e ter 4 residentes ou mais no domicílio.

Fonte: Os autores *Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Programa de Aquisição de Alimentos. ***Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

Ao caracterizar as amostras das publicações (Tabela 3), constata-se que 60 comunidades quilombolas integraram as pesquisas, das quais 29 são certificadas pela Fundação Palmares. As demais comunidades tiveram sua descrição preservada. Essa conduta está prevista nas Resoluções CNS/MS nº 466/2012^[12] e nº 510/2016^[13], que versam sobre normas éticas em pesquisas envolvendo seres humanos, tanto no campo biomédico, como nas ciências sociais. Em relação à distribuição geográfica,

houve uma concentração de estudos em oito estados representando as cinco regiões do país. Ganhou destaque a região Centro-Oeste que apresentou duas pesquisas em Goiás e uma em Mato Grosso, cobrindo 38,33% das comunidades citadas, seguida da região Norte com duas pesquisas realizadas no Pará e quatorze em Tocantins, cobrindo 34,99% das comunidades quilombolas citadas neste estudo.

Tabela 3. Comunidades quilombolas que integraram pesquisas sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil, no período de 2008-2017

Estado	Município	Comunidade Quilombola citada nas publicações de SAN (2008-2017)	n	%
Bahia	Senhor do Bonfim	Tijuaçu	10	16,67
	Vitória da Conquista	9 comunidades**		
Goiás	- *	22 comunidades**	22	36,66
Mato Grosso	Vila Bela Sant.Trindade	Retiro	1	1,67
Minas Gerais	Indaiabira	Fazenda Brejo Grande	1	1,67
Pará	Santarém	Abaetetuba	7	11,66
		Baixo Acari		
		Arapemã		
		Bom Jardim		
		Murumuru		
Paraná	Adrianópolis	Murumurutuba	1	1,67
		Saracura		
São Paulo	Barra do Turvo	Tiningú	4	6,67
		Córrego das Moças		
		Cedro		
		Pedra Preta		
Tocantins	Arraias	Ribeirão Grande	14	23,33
		Terra Seca		
	Brejinho de Nazaré	Kalunga do Mimoso		
		Lagoa da Pedra		
	Chapada da Natividade	Malhadinha		
		Córrego Fundo		
	Lagoa do Tocantins	Chapada da Natividade		
		São José		
	Mateiros	Barra da Aroeira		
		Mumbuca		
Natividade	Redenção			
	Prata			
Paraná	Laginha			
	São Joaquim			
Porto Alegre do Tocantins	Cocalinho			
Santa Fé do Araguaia	Morro São João			
Santa Rosa do Tocantins				
Total			60	100

Fonte: Os autores.

*Município não especificado no estudo.

** Comunidades quilombolas não especificadas no estudo.

DISCUSSÃO

Produção científica relativa à SAN em comunidades quilombolas no Brasil (2008 a 2017)

A produção científica sobre comunidades quilombolas é encontrada nas bases indexadas principalmente a partir de 1997. O artigo “Emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas”^[14] constitui uma publicação pioneira. No entanto, aquelas referentes à SAN só começaram a ganhar espaço no final da última década, especificamente a partir de 2008. Segundo nosso levantamento, o artigo intitulado “A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil”^[15] marcou o início das publicações indexadas no Brasil sobre o tema, repercutindo a preocupação nacional sobre a insegurança alimentar e nutricional em populações negras rurais.

Até então, o debate sobre SAN em comunidades quilombolas praticamente inexistia em publicações nas bases eletrônicas de acesso aberto. Havia disponível discussões fragmentadas em trabalhos, relatórios, livros, teses e dissertações, que realçavam a luta dos quilombolas pelo acesso à terra, a construção de identidade, seu sistema de produção agroextrativista tradicional, limitações no acesso à saúde e nutrição, sem estabelecer relação desses problemas com a alimentação como direito.

A partir da aplicação do conceito de SAN, pactuado nas políticas públicas e reconhecido em lei, que define “a insegurança alimentar e nutricional como violação do direito ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, realizado com base em um sistema alimentar que respeite o meio ambiente e a cultura alimentar local”^[6], é possível perceber uma quantidade crescente de publicações que abordam as múltiplas dimensões de SAN, contribuindo para o debate sobre ações que respeitem às especificidades culturais e alimentares das diversas populações.

A multidimensionalidade de SAN no contexto do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional tem sido apresentada a partir de indicadores que levam em consideração a produção e a disponibilidade de alimentos, além da renda e do acesso à saúde, à educação e às políticas públicas. As comunidades quilombolas, cujas dinâmicas são distintas das sociedades urbanas, estando ancoradas nas atividades de subsistência e no saber tradicional, devem ser estudadas a partir de dimensões capazes de expressar suas especificidades. Assim, de acordo com os dados gerados pelos artigos examinados no âmbito desta pesquisa, foi possível realizar uma análise das questões abordadas em três dimensões de SAN: 1) Qualidade de vida e bem-estar; 2) Conhecimentos tradicionais e práticas alimentares; 3) Acesso à dispositivos de políticas públicas.

Dimensão 1: Qualidade de vida e bem-estar

A qualidade de vida e o bem-estar podem ser estimados, segundo a abordagem dos autores dos artigos considerados nesta dimensão, a partir de variáveis relativas à unidade domiciliar, ao estado de saúde-nutrição e da prevalência da IAN, englobando a situação socioeconômica, em particular a renda familiar. Como reflexo dessa linha de análise, o cálculo apresentado nas publicações consideradas aponta para uma prevalência entre 60 e 85% de IAN.

Em 2008, Silva e colaboradores^[15] estudaram variáveis sociais envolvendo a composição dos núcleos familiares, a habitação, o abastecimento de água, a iluminação e a escolaridade, como ligados à IAN. Nesta abordagem, trata-se de discutir a influência destas variáveis na qualidade de vida e bem-estar das famílias quilombolas residentes na região Norte do país. O estudo de seis comunidades quilombolas no Pará revelou que os núcleos familiares comportavam até 15 filhos e que, entre todas as habitações, apenas uma contava com água encanada, nenhuma apresentando tratamento sanitário. Situação não diferente ocorre em comunidades estudadas por Tronco Monego e colaboradores^[16], no Tocantins, onde foi constatado que, nas quatorze comunidades consideradas, a maioria das moradias era de adobe, com esgotamento sanitário a céu aberto, além das pessoas apenas queimarem ou enterrarem o lixo de suas residências. Ao correlacionar a IAN ao

saneamento básico, evidenciou-se a atenção insuficiente que essas comunidades têm recebido por parte das prefeituras.

A baixa escolaridade também constitui um fator diretamente ligado às famílias quilombolas com alta prevalência de IAN. Ribeiro, Morais e Pinho^[17], ao estudar grupos quilombolas em Minas Gerais, evidenciaram o predomínio de indivíduos analfabetos e em condições de pobreza extrema. Essa situação torna mulheres, crianças e idosos mais susceptíveis à fome. A predominância de famílias nessas condições tem sido reportada em outros estudos com populações quilombolas em diversas regiões.

A IAN tem se refletido, sobretudo, nas condições de saúde e nutrição. Atualmente, o estado nutricional dos moradores em áreas quilombolas vem apresentando uma tendência para sobrepeso e obesidade^[18]. De acordo com as investigações de Cordeiro, Monego e Martins^[19], os indicadores para o sobrepeso de estudantes quilombolas do estado do Goiás apontaram que 46% das crianças entre seis e nove anos apresentaram obesidade e 75% manifestaram algum tipo de IAN, potencializando morbidade e mortalidade por doenças cardiovasculares.

Em estudos comparativos com outras populações rurais, Silva e colaboradores^[20] apontam que membros de comunidades quilombolas são fortemente susceptíveis de sofrer de alguma forma de IAN. Estas comunidades apresentam níveis de renda mais baixos, são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e contam quatro residentes ou mais por domicílio. Portanto, as famílias quilombolas seriam o grupo com maior risco de IAN quando comparadas as demais famílias residentes em áreas rurais. Na Bahia, quando da aplicação da escala brasileira de insegurança alimentar (EBIA), a prevalência de IAN foi 64,90%, proporção superior àquela encontrada em estudos com grupos não quilombolas.

Os diversos indicadores socioeconômicos analisados revelaram a ocorrência de IAN associada a precárias condições domiciliares, ao alto índice de analfabetismo, a grande dependência de programas sociais de transferência de renda, além do excesso de peso dos indivíduos. Destaca-se assim a alta vulnerabilidade social das comunidades quilombolas brasileiras em relação a qualidade de vida e bem estar.

Dimensão 2: Conhecimentos tradicionais e práticas alimentares

Durante três séculos, o território brasileiro foi ocupado pelo poder colonial que encorajou atividades agrícolas cujos produtos eram voltados ao mercado europeu. As comunidades quilombolas são fruto destas dinâmicas históricas, tendo se formado em diversos cenários geográficos do país, desenvolvendo estratégias adaptadas de utilização dos recursos naturais^[21]. Esse uso do território é permeado por relações de solidariedade e reciprocidade que se traduzem no respeito à diversidade e sazonalidade das atividades, extrativistas ou não^[22]. Os estudos analisados nesta pesquisa reforçam o caráter camponês das práticas alimentares dos grupos quilombolas, destacando a importância da capacidade agrícola do território e a acessibilidade a recursos naturais como fatores cruciais na garantia da SAN.

Santos e Garavello^[23] observaram que os sistemas alimentares das comunidades quilombolas de São Paulo apresentavam peculiaridades quanto ao manejo agroflorestal, à conservação das sementes e mudas (milho, arroz, cará e banana) e à preparação de alimentos consumidos em época de festejos, como o bolo de arroz. Notaram, ainda, que estas comunidades vêm sendo impactadas negativamente pela expansão das grandes áreas de monoculturas produtoras de *commodities*. Neste cenário, evidenciou-se a luta das famílias quilombolas pela manutenção de uma dieta diversificada que contribui para a SAN dos grupos familiares e para a preservação da biodiversidade local.

A análise do modo de produção e do consumo alimentar das comunidades quilombolas permite chamar a atenção para a produção destinada ao consumo próprio como condição estratégica da sua SAN. Segundo os entrevistados por Santos e Garavello, cerca de 40% dos alimentos eram produzidos na roça local, o que reforça a importância da produção para o autoconsumo das unidades familiares como forma de controle sobre seu processo produtivo e sobre sua reprodução social^[24].

Em comunidades quilombolas da região Amazônica, as mudanças nas práticas alimentares também acompanham a tendência de outras regiões do país. Nascimento e Guerra^[25] apontaram a maior

inclusão na dieta quilombola de produtos industrializados e de fácil preparação, como macarrão instantâneo, alimentos enlatados, embutidos, refrigerantes e sucos artificiais. Assim, ocorre diminuição da produção local de alimentos provenientes dos quintais e das roças. A mudança da prática alimentar “no tempo presente” foi atribuída aos fatores relacionados a: saída dos jovens da comunidade em busca de empregos na cidade; preferência pela prática extrativista (como aquela do açaí, por ser “menos penosa e mais rentável” economicamente) e primazia do mercado por espécies de maior interesse econômico, como a mandioca e o maxixe. Com efeito, os produtos consumidos “nos tempos dos pais” garantiam a autogestão da atividade produtiva familiar e uma alimentação de qualidade e quantidade suficiente graças a uma produção para o consumo local. Este estudo propõe que as ações voltadas para as comunidades quilombolas necessitam de novas estratégias, que possam contribuir para a preservação do modo de vida e a geração de renda, premissas para a garantia de acesso ao alimento de qualidade^[25].

Focalizando a produção da farinha de mandioca como um exemplo de produção tradicional de uma comunidade quilombola, Lima e colaboradores^[26] observaram a relevância do manejo dos recursos naturais e do modo de vida local como elementos estruturantes de um conjunto de conhecimentos complexos sobre o território. O “saber-fazer” tradicional, espelhado na prática da produção da farinha, revelou ser uma expressão cultural crucial de trocas de saberes, de memórias, de reciprocidade, de conhecimentos etnobotânicos de plantio e de respeito ao ambiente e aos ciclos naturais. O plantio de diversas variedades de espécies em quintais e roças tradicionais era encorajado na época em todo o país por contribuir para a soberania e segurança alimentar e nutricional local, oferecendo ao Brasil a perspectiva de assumir um papel de destaque no debate sobre o desenvolvimento sustentável.

Dimensão 3: Acesso a dispositivos de políticas públicas

Frente à inegável situação de insegurança alimentar e nutricional em que vivem as comunidades quilombolas e com o objetivo de reduzir os problemas nutricionais e erradicar o problema da fome, foram concebidas e implantadas várias políticas sociais na

perspectiva de que pudessem assegurar o direito à alimentação adequada e saudável. As comunidades quilombolas foram beneficiadas por diversas dessas políticas sociais. De acordo com os estudos examinados nesta pesquisa, são destacados o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O estudo de Silva e colaboradores^[20] demonstrou como o programa de transferência condicionada de renda tem sido uma estratégia na redução da desigualdade social. A análise da prevalência da IAN em comunidades quilombolas revela forte relação entre esta e as famílias beneficiárias pelo PBF. Monego e colaboradores^[16] observaram a mesma relação: famílias que receberam o benefício do PBF apresentaram índice de IAN elevado. O PBF é um dispositivo que permite elevar o acesso das famílias a alimentos variados e de qualidade, porém não consegue garantir índices satisfatórios de SAN. Tal constatação reforça a importância de vincular este programa de transferência de renda a outras políticas públicas, como aquelas de educação alimentar e nutricional, de apoio à agricultura familiar, de capacitação, de geração de emprego, de trabalho e de atenção básica, por exemplo.

De outra parte, Sousa e colaboradores^[27] analisaram os desafios e as potencialidades da alimentação escolar em comunidades quilombolas do estado do Goiás. A experiência relatada pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás e Região Centro-Oeste (CECANE UFG/Centro-Oeste), permite evidenciar o quanto o programa tem trazido benefícios para a melhoria da alimentação dos escolares quilombolas, quando prioriza a compra direta de produtos alimentares destas comunidades. Outra vantagem do PNAE foi garantir a SAN aos alunos quilombolas por meio de cardápios que respondam, no mínimo, por 30% das suas necessidades nutricionais diárias, conferindo tratamento diferenciado em relação aos demais estudantes da rede pública, para os quais é preconizado 20%⁽²⁸⁾.

O PNAE foi concebido para complementar a alimentação diária de crianças, jovens e adultos na escola^[28]. É visto como estratégia de SAN por seus objetivos atenderem também as condições mínimas de bem-estar das famílias dos estudantes^[11]. O desafio do

programa em território quilombola se refere à dificuldade em executar as ações planejadas. As questões centrais aqui são a ineficiência do uso de recursos financeiros estaduais e municipais, a irregularidade da oferta de alimentos saudáveis e adequados e a dificuldades de logística na produção, distribuição e armazenamento dos alimentos oferecidos^[15].

A pesquisa de Coradin e Souza^[29] evidenciou que o acesso ao PAA pelas comunidades quilombolas do estado do Paraná é reduzido. A dificuldade de acesso foi atribuída ao baixo entendimento das informações sobre o programa por parte do grupo; à ausência de projetos estruturantes; ao alto nível burocrático da administração pública e à ausência de assistência técnica local.

No estado da Bahia, foi observada também uma baixa adesão dos grupos quilombolas aos programas em questão. No estudo de Carvalho e Silva^[30], a não aquisição de alimentos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de comunidades quilombolas foi notadamente justificada pela ausência de sensibilização dos gestores para a implementação das ações. A negligência com estas comunidades bloqueia o acesso ao PAA e também a programas de financiamento rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

De fato, o PAA é concebido como um instrumento de política pública capaz de incentivar o desenvolvimento econômico local por meio da inclusão social no campo e o fortalecimento da agricultura familiar. Ele permite adquirir alimentos dos agricultores locais a partir de procedimentos de compras simplificados, sem a necessidade de licitação e com preços estabelecidos regionalmente. Nascido no âmbito do Programa Fome Zero, o PAA tem objetivos simultâneos de apoio à agricultura familiar e de socorro alimentar a famílias em estado de IA. Mesmo com grandes dificuldades, quando acessado pelas famílias quilombolas, o programa tem promovido o reconhecimento de seu importante papel social, cultural e ambiental, assegurando a ampliação de sua renda mensal^[30].

Assim, a SAN de comunidades quilombolas pode ser assegurada com políticas públicas, tais como PAA e o PNAE, mas não isoladamente. Trata-se de

estratégias importantes para incentivar a produção para o autoconsumo, garantindo qualidade dos alimentos para as unidades familiares. Tais ações públicas são importantes também para a conservação da sociobiodiversidade, encorajando práticas sustentáveis, mas precisam estar associadas a outras ações estruturantes^[15, 29]. A potencial melhoria da qualidade de vida da comunidade tende a tornar mais atrativa a permanência dos jovens, de forma mesmo a reverter o fluxo migratório^[25, 26].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo analisar a produção de conhecimento científico sobre a segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas, identificando como as dimensões de SAN estão sendo abordadas na literatura científica brasileira. Seguindo a metodologia PRISMA, foram identificados 12 (doze) artigos publicados que demonstram claramente a precariedade das condições de vida, saúde, e segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas já apontadas também em outros trabalhos^[31, 32]. Com efeito, os artigos examinados abordam principalmente qualidade de vida e bem-estar, conhecimentos tradicionais, práticas alimentares e acesso a dispositivos de políticas públicas voltados às famílias quilombolas. Constata-se que a IAN em territórios quilombolas atingiu índices superiores à média nacional (62%). Apesar dos avanços nas ações afirmativas em termos de políticas públicas voltadas para essas comunidades, a vulnerabilidade econômica e social das famílias quilombolas exige ainda mais esforços para sua superação.

O estudo também revela que existe um número extremamente reduzido de publicações sobre SAN das populações quilombolas brasileiras, o que deixa muitas lacunas de conhecimento sobre este grupo social. Considerando a relevância dessas comunidades em termos socioculturais e ambientais, existe um vasto campo de pesquisa a ser explorado. Urge investimentos em pesquisas e a criação de grupos científicos especializados na temática. A intenção desta produção identificando as publicações realizadas nesta área foi encorajar outros estudos, de forma a contribuir para ampliar o reconhecimento, a

valorização e a visibilidade das populações rurais afrodescendentes brasileiras.

REFERÊNCIAS

- [1] Brasil. Decreto nº 4.887/2003, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Diário Oficial da União. 21 nov 2003.
- [2] Fundação Cultural Palmares. Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQS). Brasília: Ministério da Cultura; 2017.
- [3] Lima JSG. Segurança alimentar e nutricional: sistemas agroecológicos são a mudança que a intensificação ecológica não alcança. *Cienc. Cult.* 2017;69(2):49-50.
- [4] Frozi DS. Multidimensionalidade da pobreza em comunidades quilombolas: aspectos analíticos para a segurança alimentar e nutricional. In: Pinto AR, Borges JC, Novo MP, Pires PS. *Quilombos do Brasil: Segurança alimentar e nutricional em territórios titulados*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2014. p. 69-91.
- [5] Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional*. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; 2014.
- [6] Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. 18 set 2006.
- [7] Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS*. Brasília: Ministério da Saúde; 2017.
- [8] Ministério da Saúde. *Diretrizes metodológicas: elaboração de revisão sistemática e metanálise de ensaios clínicos randomizados*. Brasília: Ministério da Saúde; 2012.
- [9] Galvão TF, Pereira MG. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiol. Serv. Saúde.* 2014;23(1):183-184.
- [10] Galvão TF, Pansani TSA, Harrard D. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. *Epidemiol. Serv. Saúde.* 2015;24(2):335-342.
- [11] Rocha C, Burlandy L, Magalhães R. (Org.). *Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 2013.
- [12] Brasil. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. *Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Brasília: Diário Oficial da União. 13 jun 2013.
- [13] Brasil. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. *Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana*. Brasília: Diário Oficial da União. 24 mai 2016.
- [14] Arruti JMA. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana.* 1997;3(2):7-38.
- [15] Silva DO, Guerreiro AFH, Guerreiro H, Toledo LM. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. *Rev. Nutr.* 2008;21:83-87.
- [16] Monego ET, Peixoto MRG, Cordeiro MM, Costa RM. (IN)Segurança alimentar de comunidades quilombolas do Tocantins. *Segur. Aliment. Nutr.* 2010;17(1):37-47.
- [17] Ribeiro G, Morais FMO, Pinho L. Food (in)security of quilombola community in the North of Minas Gerais. *Ciênc. Cuid. e Saúde.* 2015;14(3):1245-1251.
- [18] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2004/2009: Segurança Alimentar*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2010.
- [19] Cordeiro MM, Monego ET, Martins KA. Overweight in Goiás quilombola students and food insecurity in their families. *Rev. Nutr.* 2014;27(4):405-412.
- [20] Silva EKP, Medeiros DS, Martins PC, Sousa LA, Lima GP, Rêgo MAS *et al.* Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola? *Cadernos de Saúde Pública.* 2017;33(4):1-14.

- [21] Souza BO. Aquilombar-se: panorama sobre o movimento quilombola brasileiro. Curitiba: Appris; 2016.
- [22] Associação Brasileira de Antropologia – ABA. Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Quilombolas Negras Rurais. Rio de Janeiro: ABA; 1994.
- [23] Santos KMP, Garavello MEPE. Segurança alimentar em comunidades quilombolas de São Paulo. *Segur. Aliment. Nutr.* 2016;23(1):786-794.
- [24] Santos KMP, Garavello MEPE. Uma análise agroalimentar: O caso dos agricultores quilombolas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Quilombos Barra do Turvo, SP. *Redes.* 2016;21(3):196-216.
- [25] Nascimento EC, Guerra GAD. Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.* 2016;11(1):225-241.
- [26] Lima AC, Silva CJ, Viana IG, Arruda JC, Dutra MM, Sander NL *et al.* Quintal espaço de saberes e de segurança alimentar no Vale do Guaporé, Amazônia Meridional, Mato Grosso. *Rev. Est. Soc.* 2015;17(34):139-148.
- [27] Sousa LM, Martins KA, Cordeiro MM, Monego ET, Silva SU, Alexandre VP. School nutrition in 'quilombola' communities: challenges and opportunities. *Ciênc. Saúde Coletiva.* 2013;18(4):987-992.
- [28] Brasil. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília: Diário Oficial da União. 18 jun 2013.
- [29] Coradin C, Souza RS. Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: Diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos. *NERA.* 2015;18(26):122-147.
- [30] Carvalho AS, Silva DO. Prospects of food and nutritional security in the Tjuaçu quilombo, Brazil: family agricultural production for school meals. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação,* 2014;18(50):521-532.
- [31] Silva HP, Padez C, Moura EAF, Filgueiras LA. Social determinants of health among traditional amazon populations: Obesity, hypertension and the epidemiologic transition. *Ann. of Hum. Biol.* 2016;43(4):371-381.
- [32] Guimarães RCR, Silva HP, Ramos EMLS. Condições sócio-ecológicas familiares e os primeiros dois anos de crianças quilombolas no Pará: Um estudo de base populacional. *Ciênc. e Saúde.* 2018;11(2):90-99.